



BAHIA

VIGILANTES CHESF/AVI:

ATUAÇÃO SINDICAL E ACORDO GARANTE O EMPREGO DE MAIS 80 VIGILANTES



Na eminência da saída da AVI de contratos da Chesf – Cia. Hidroelétrica do São Francisco no último dia 30 de junho, a Interfort, empresa que ganhou o contrato, tentou limar a maioria dos mais de 80 vigilantes, fazendo exigências ilegais, tipo:

- idade inferior a 50 anos (isto é crime de discriminação);
- Curso de reciclagem com menos de 12 meses para vencer;
- escolaridade de 2º grau completo, entre outras.

O Sindicato “foi pra cima” da Interfort e a empresa fez alguns recuos. O resultado foi a recontração por esta empresa de, pelo menos, 81 dos 89 colegas.

Estes colegas atuam em quase todo o estado:

- Salvador • Camaçari • Candeias
- Catu • Eunápolis • Ibicoara
- Jequié • Olindina • Poções
- Simões Filho • Teix. Freitas • Ubaitaba

O Acordo assinado hoje pelos Sindicatos (Sindvigilantes/BA e Sindmetropolitano), AVI, Interfort e Sindicato patronal assegura o emprego na Interfort e o pagamento integral da rescisão pela AVI, excluído apenas o Aviso Prévio.

É a nossa luta, nosso compromisso: EMPREGO E DIREITOS.

Qualquer dúvida, fale com seu Sindicato.

SINDVIGILANTES/BA

PAGAMENTO DE PROCESSO AQUÍLA/DETRAN:

CHEQUE PRONTO. MAIS 6 VIGILANTES EX-AQUÍLA/DETRAN

Também ficou pronto e já está disponível nesta quarta-feira, 7, os cheques para mais seis colegas ex-AQUÍLA, que prestaram serviço no Detran, principalmente interior. Este crédito ainda é parcial (parte liberada e outra parte ainda em execução/cobrança).

Neste processo de 2015 outros 3 colegas já receberam integralmente. Agora começou a “chover” para mais seis.

Confira seu nome ao final e entre em contato com seu Sindicato. Tenha em mãos o RG, CPF, nº PIS, Prova de Residência e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato EGV).

Parabéns!

É luta! É conquista para quem tem fé na luta!
É Sindicato de luta, se pelego, sem patrão!

Confira os nomes:

PROCESSO 688.2015.1ª -

SINDVIGILANTES/BA X AQUÍLA/DETRAN

- GERSON LIMA COSTA
- GILVAN SANTOS DE ARGOLO
- ISMAEL DOS SANTOS
- JOÃO BISPO DA SILVA
- JOSENILTON FERREIRA TELES
- WELLINGTON NOVAES SANTOS

SINDVIGILANTES/BA



Sessão Especial em
**COMEMORAÇÃO
AO DIA DO
VIGILANTE**

9 de julho | sexta-feira | 10h

ASSISTA | AO VIVO | [facebook.com/tveradiocam](https://www.facebook.com/tveradiocam)
canal 12.3 da TV aberta

Marta
VEREADORA





CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

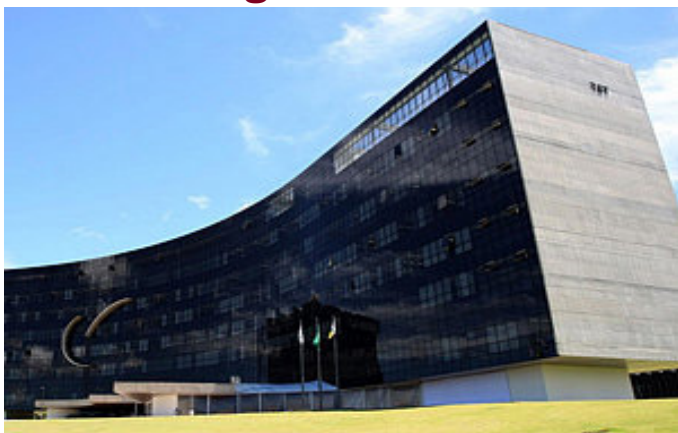
A COORDENADORA DO SINDSEGUR CONVIDA TODOS OS VIGILANTES SÓCIOS (COM SUAS OBRIGAÇÕES EM DIAS) PARA SE FAZER PRESENTE NA REUNIÃO QUE ACONTECERÁ NO SÁBADO (10), ÀS 9H NO CAJÚ SOCCER CLUB, PARA FALAR A RESPEITO DA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DA ÁREA DE LAZER.

ENDEREÇO: AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO, 4760 - POTENGI, NATAL.

DALCILENE CABRAL
COORD. GERAL

Senado aprova duas indicações para ministros do TST

Nesta quarta-feira (7/6), o Plenário do Senado aprovou as indicações de Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro para os cargos de ministros do Tribunal Superior do Trabalho



Sede do TST em Brasília - Divulgação TST

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já havia aprovado os nomes nesta segunda-feira (6/6), após sabatina. Ambos haviam sido indicados pelo presidente Jair Bolsonaro,

baseado em listas tríplexes definidas pelo TST.

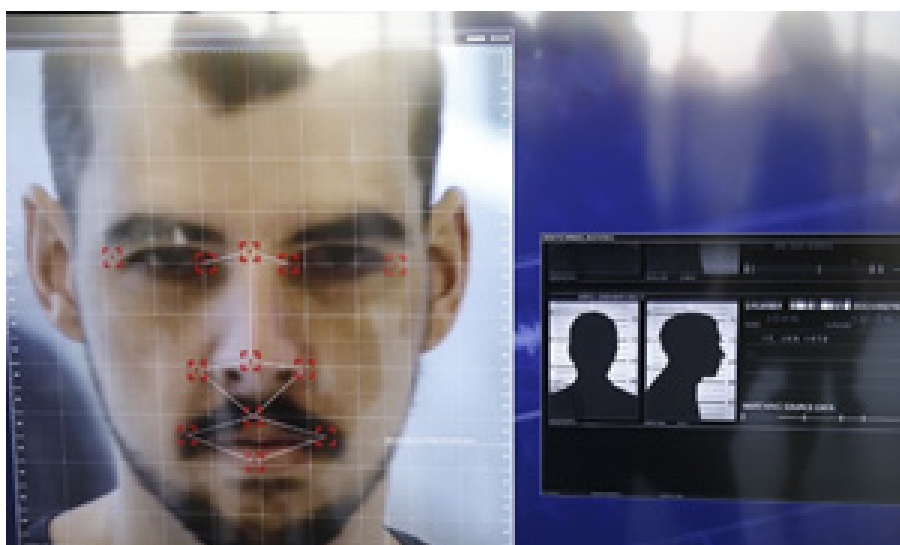
Amaury Rodrigues Pinto Junior é desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, e deve preencher vaga reservada a magistrados de carreira, após a aposentadoria do ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, que ocorreu em março.

Já Alberto Balazeiro, procurador-geral do Trabalho, assume vaga também deixada em março pelo ministro aposentado Brito Pereira, destinada a membros do Ministério Público do Trabalho. Com informações da Agência Senado.

Fonte: CONJUR

Novo sistema da Polícia Federal promete armazenar dados de até 200 milhões

O diretor geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, assinou na segunda-feira (5/7) um contrato para aquisição de novas ferramentas de tecnologia e de identificação biométrica. Chamado de Abis (Solução Automatizada de Identificação Biométrica), o projeto é para fazer a identificação de pessoas, bem como o armazenamento biométrico de cidadãos.



Equipamento permite reconhecimento facial

Fernando Frazão/Agência Brasil

O novo sistema entra em funcionamento já com um banco de dados com cerca de 22 milhões de cadastros. Essas informações constam no antigo sistema que será descomissionado, o Afis (Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais) —, utilizado pela corporação há mais de 16 anos e referência internacional na identificação de digitais, sejam elas em cenas de crime ou na procura de pessoas desaparecidas.

O sistema Abis promete oferecer, com exatidão, cruzamento de dados, consultas de impressões digitais e até mesmo reconhecimento facial. A capacidade inicial é de 50,2 milhões de cadastros únicos, mas pode ser expandida para identificar os dados de até 200 milhões de brasileiros.

O processo de atualização digital tem por objetivo criar um banco de impressões digitais totalmente unificado, que compartilhe os dados já existentes entre as secretarias de Segurança Pública em parceria com a Polícia Federal, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

“A pretensão de contar com a ferramenta [Abis] era um projeto antigo do órgão, que tivera pedidos anteriores negados por pendências junto ao Tribunal de Contas da União”, informou, em comunicado, a PF.

A nota informa, ainda, que a aquisição do novo sistema vem acompanhada da chegada de novos equipamentos que serão usados por agentes policiais para realizar o cadastro, fazer análises forenses e colher dados biométricos relevantes para investigações. Entre os novos dispositivos, uma estação portátil de cadastro e consulta de dados biométricos que será usada por papiloscopistas. Com informações da Agência Brasil.

Fonte: CONJUR

Venda de 100% dos Correios é inconstitucional, dizem AGU e FENTECT

Governo muda proposta de privatização dos Correios; decide vender 100% da empresa e criar a Agência Nacional de Comunicações (Anacom) em substituição a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL



Ignorando o lucro de R\$ 1,5 bilhão no ano passado, o governo federal desde março, colocou os Correios, a Eletrobras e a TV Pública no Programa Nacional de Desestatização (PND), em que abre mão de ser o principal acionista, mas manteria em parte ações dessas empresas. Mas, agora em relação aos Correios mudou de ideia, e quer se desfazer de 100% do capital da estatal.

Na proposta original contida no Projeto de Lei nº 591, a União manteria para si uma parte dos serviços, chamada na proposta de “serviço postal universal”, que inclui encomendas simples, cartas e telegramas. O motivo é que a Constituição obriga a União a ter serviço postal e correio aéreo nacional.

Por isso, que para a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) a venda de 100% dos Correios é inconstitucional.

“O artigo 21 da Constituição prevê o monopólio da União sobre a exploração do serviço postal, tendo como entre outros motivos a confidencialidade das correspondências. Em função deste artigo da Carta Magna do país, o governo só poderia vender os 100% dos Correios por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e não por meio de um Projeto de Lei (PL), como fez o governo”, diz o secretário de Comunicação da FENTECT, Emerson Marinho.

Até mesmo a Procuradoria Geral da República (PGR) diz que o fim do monopólio da entrega de cartas pelos Correios é inconstitucional. O chefe da PGR, procurador-geral Augusto Aras, enviou ofício à ministra Cármen Lucia, do Supremo Tribunal Federal, pedindo que o STF considere em parte inconstitucional a proposta do governo de privatização dos Correios.

A PGR respondeu a uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade (nº 6.635), requerida pela Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP).

A informação da venda de 100% dos Correios foi dada pelo o jornal O Globo, que ouviu o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. Segundo ele, a venda total dos Correios será feita num leilão tradicional, “com abertura de envelopes”. O comprador levará os ativos e passivos da companhia. O valor que o governo quer arrecadar com a possível venda não foi anunciado.

O governo além de vender toda a sua participação nos Correios, quer criar a Agência Nacional de Comunicações (Anacom), que deverá substituir a atual Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A nova agência irá regular os serviços do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Para isso, a equipe econômica e seus aliados na Câmara correm para não comprometer esse plano, pois o projeto precisa estar resolvido até agosto para que o edital seja publicado até dezembro deste ano e a licitação ocorra em março de 2022.

O presidente da Câmara Federal, Arthur

Lira (PP-AL), com apoio da base do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), deve colocar em pauta a votação da privatização dos Correios, entre os dias 12 e 15 de julho, antes do recesso parlamentar. O relatório do PL da privatização, do deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA), já está pronto.

O novo modelo de privatização da ECT difere dos planos para a Eletrobras e do que foi feito recentemente na BR Distribuidora, ex-subsidiária da Petrobras, baseados em operações no mercado de capitais de desestatização.

Luta dos Trabalhadores contra a privatização

Os trabalhadores estão articulando junto à bancada da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios para que conversem com os deputados do Centrão, base de apoio ao governo de Jair Bolsonaro, para que a proposta de privatização seja rejeitada pelo Congresso Nacional.

“Hoje o cenário é desfavorável aos trabalhadores, mas estamos trabalhando para reverter este resultado, demonstrando para a população de que a privatização dos Correios trará prejuízos imensos ao país”, diz Emerson Marinho.

Fonte: CUT

Perdeu o prazo de prova de vida?

INSS ampliou os prazos. Confira

Beneficiários com mais de 80 anos e acamados podem fazer a prova de vida de casa



AGÊNCIA BRASIL

O aposentado ou pensionista que perdeu a prova de vida marcada para maio ou junho deste ano pode ficar mais tranquilo. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estendeu

o calendário que dá um prazo maior para a realização da prova de vida, inclusive ao beneficiário cuja prova de vida deveria ser feita até julho de 2022.

Segundo o INSS, o recadastramento acontecerá entre janeiro e agosto de 2022, seguindo o novo prazo correspondente à data original em que a fé de vida venceu ou vai vencer.

A comprovação de vida, para a maior parte dos beneficiários, pode ser feita na agência

bancária onde ocorre o saque dos pagamentos mensais.

Calendário

O calendário da retomada da exigência da prova de vida não mudou para quem tinha data de vencimento de março de 2020 até abril de 2021.

Veja a tabela divulgada pelo INSS:

Quando a prova de vida venceu ou vai vencer	Novo prazo para fazer a prova de vida
Até abril de 2020	Junho de 2021
Maio e junho de 2020	Julho de 2021
Julho e agosto de 2020	Agosto de 2021
Setembro e outubro de 2020	Setembro de 2021
Novembro e dezembro de 2020	Outubro de 2021
Janeiro e fevereiro de 2021	Novembro de 2021
Março e abril de 2021	Dezembro de 2021
Maio e junho de 2021	Janeiro de 2022
Julho e agosto de 2021	Fevereiro de 2022
Setembro e outubro de 2021	Março de 2022
Novembro e dezembro de 2021	Abril de 2022
Janeiro e fevereiro de 2022	Maio de 2022
Março e abril de 2022	Junho de 2022
Maio e junho de 2022	Julho de 2022
Julho de 2022	Agosto de 2022

DIVULGAÇÃO INSS

80 anos + e com dificuldades de locomoção

As pessoas maiores de 80 anos e as que se encontram acamadas, hospitalizadas ou com dificuldade de locomoção podem solicitar prova de vida em casa, por meio da visita de um funcionário do INSS.

Além disso, é possível também cadastrar

uma procuração, feita em cartório, nomeando outra pessoa para a receber o benefício e fazer a fé de vida.

Os serviços precisam ser agendados pelo telefone 135 ou realizados inteiramente pela plataforma eletrônica Meu INSS, disponível por aplicativo para celular ou no site.

FONTE: CUT

Salário mínimo ideal para gastos dos brasileiros é 4,9 vezes maior que o atual

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou o salário mínimo ideal para o mês de junho deste ano. O valor é 4,93 vezes maior que o piso nacional de 2021

GLAUCIA ALVES EM 7 DE JULHO DE 2021



Salário mínimo ideal para gastos dos brasileiros é 4,9 vezes maior que o atual (Imagem: Jornal Bom Dia)

O salário mínimo ideal em junho de 2021, segundo o Dieese, deveria ser de R\$ 5.421,84. O atual piso nacional é de R\$ 1.100, logo, o valor ideal é 4,93 vezes maior do que os brasileiros vivem e sustentam suas famílias.

O salário de R\$ 5.421,84 considera o valor ideal para sustentar uma família de quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças. Esse cálculo tem como base a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

Essa pesquisa é feita pela Dieese e analisou o valor da cesta básica para o mês de junho. De acordo com o Dieese os itens alimentares sofreram aumento de preço em 10 das 17 capitais analisadas.

Por esse motivo, o salário mínimo ideal para o mês de junho sofreu aumento e hoje passaria de R\$ 5 mil.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Valor da cesta básica

A cesta básica mais cara foi encontrada em Florianópolis por R\$ 645,38. Esse valor foi usado para definir o salário mínimo ideal de junho.

Porto Alegre ocupou o segundo lugar com a cesta básica mais cara por R\$ 642,31. Como é possível perceber a diferença de uma região para outra é de apenas R\$ 3,07. O município de São Paulo ocupa a terceira posição com uma cesta de R\$ 626,76.

Mesmo sendo essas as capitais com o preço mais elevado da cesta básica, os municípios que mais apresentaram aumento foram Fortaleza (1,77%), Curitiba (1,59%) e Florianópolis (1,42%). Dessa maneira, Florianópolis possui a cesta mais cara e que mais teve aumento de um mês para o outro.

As cidades que tiveram quedas foram Goiânia (-2,23%), São Paulo (-1,51%) e Belo Horizonte (-1,49%). É importante perceber que mesmo tendo um aqueda no preço, São Paulo continua tendo uma das cestas mais caras do Brasil.

O salário mínimo ideal de junho é R\$ 70,73 mais caro que no mês de maio que era de R\$ 5.351,11 (4,89 vezes maior que o piso nacional de 2021). Para atingir o valor ideal de junho é necessário trabalhar por 111 horas e 30 minutos. Porém, com o atual piso o trabalhador compromete 54,79% de sua renda.

FONTE: FDR

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF